

IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.

CNPJ nº 51.049.823/0001-42 - NIRE 35.300.315.260
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Imobiliária Paramirim S.A. ("Companhia"), convida seus acionistas para Assembleia Geral Extraordinária no dia 16.12.2025, às 14 horas, por videoconferência, link zoom https://us02web.zoom.us/j/86381721213?pwd=d1j39MEdqdtgMhBseKMaTbB7oQm.1. Ordem do Dia: (1) Venda do imóvel "Fazenda Santa Rosa" e (2) Distribuição de dividendos, nos termos da Lei nº 15.270/2025 (MR5 7.000). (06,09,10)

Bradesco Participações Financeiras S.A.

CNPJ nº 15.011.336/0001-27 – NIRE 35.300.419.049

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12.9.2025

Data, Hora, Local: Em 12.9.2025, às 15h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Rubi, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Mesa:** Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Panaro. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, em conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1. aprovado o aumento do capital social em R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), elevando-o de R\$3.070.426.985,32 (três bilhões, setenta milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos) para R\$3.080.426.985,32 (três bilhões, oitenta milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos). Em seguida, o Presidente disse que: serão emitidas 664.386 (seiscentas e sessenta e quatro mil, trezentas e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$15,051474105 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas; o preço de emissão teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil por ação da Sociedade apurado em 31.8.2025; a redação do "caput" do artigo 6º do Estatuto Social será alterada após completado todo processo do aumento do capital. Na sequência dos trabalhos, o acionista Bradesco Holding de Investimentos S.A., por seus representantes, assinou o respectivo Boletim de Subscrição, subscrevendo as 664.386 (seiscentas e sessenta e quatro mil, trezentas e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando, no ato, em moeda corrente nacional; 2. considerando a subscrição e integralização do aumento ora aprovado, alterado o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 6º)** O Capital Social é de R\$3.080.426.985,32 (três bilhões, oitenta milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos) dividido em 188.729.435 (cento e oitenta e oito milhões, setecentas e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal"; 3. consolidado o Estatuto Social, que passa a fazer parte integrante desta Ata como Anexo. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Panaro; Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A., representada por seus Diretores, senhores Pedro Lins Meira Quintão e Vinicius Panaro. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 395.654/25-7 em 18.11.2025 a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

RDA Importação Exportação e Serviços S/A.

CNPJ nº 12.647.827/0001-70 NIRE 35.300.580.788

Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático Perante a CVM, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da RDA Importação Exportação e Serviços S/A. Ficam convocados os titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão, em série única, da **RDA Importação Exportação e Serviços S/A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Florianópolis, nº 201, bairro Mooca, CEP 03.185-050, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 12.647.827/0001-70, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.580.788 ("Emissora" ou "Companhia", "Emissão": "Debêntures" e "Titulares das Debêntures", respectivamente), a **Oslo Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, nova denominação de Fran de Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4ª andar, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 13.673.855/0001-25, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("**Agente Fiduciário**"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **1ª (primeira) convocação**, em assembleia geral, a ser realizada em **18 de dezembro de 2025 às 14h, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), nos termos deste edital ("Assembleia"), a fim de, conforme a Cláusula IX do **"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da RDA Importação Exportação e Serviços S.A."**, celebrado em 1º de março de 2024, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), deliberar sobre: i. A aprovação ou não, da exclusão do Prêmio de Resgate Antecipado, conforme definido na Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão; e ii. A aprovação ou não, da realização do Resgate Antecipado Facultativo sem que seja observado os prazos previstos na Cláusula 5.1.2 da Escritura de Emissão referentes a necessidade de aviso prévio para realização do Resgate Antecipado Facultativo. A Assembleia instalar-se-á, na mesma convocação, com a presença de Titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas na Escritura de Emissão), ou em segunda convocação, com qualquer quórum, conforme Cláusula 9.2.5 da Escritura de Emissão. As deliberações das matérias constantes da ordem do dia desta Assembleia serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) dos Titulares das Debêntures presentes na Assembleia e, em segunda convocação, por Titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares das Debêntures presentes na Assembleia, conforme a Cláusula 9.4.2 da Escritura de Emissão. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através da plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pelo Agente Fiduciário, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM 81. Nesse sentido, os Titulares das Debêntures que pretendem participar da Assembleia deverão realizar o envio para o Agente Fiduciário, no e-mail agente@fiduciario@oslodivm.com, dos seguintes documentos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia, quais sejam: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular das Debêntures; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Os Titulares das Debêntures poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis da realização da Assembleia. O Agente Fiduciário disponibilizará via *e-mail* aos Titulares das Debêntures modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular das Debêntures ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (e/ou sem certificação digital emitida pelo ICP-Brasil) e enviada com a manifestação de voto, de acordo com a forma mencionada; e (iii) no caso de o Titular das Debêntures ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato/estatuto social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 81, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. **RDA Importação Exportação e Serviços S/A.**

Bradesco Participações Financeiras S.A.

CNPJ nº 15.011.336/0001-27 – NIRE 35.300.419.049

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.7.2025

Data, Hora, Local: Em 31.7.2025, às 15h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Rubi, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Mesa:** Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Panaro. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, em conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** Aprovada a incorporação da **Cubos Holding Participações Ltda. (Cubos)**, CNPJ nº 45.405.553/0001-62, NIRE 35.233.545.335, por esta Sociedade, visando a promover a reorganização societária, objetivando a consolidação e racionalização das empresas, com maximização dos recursos disponíveis, simplificação da estrutura societária, com consequente eliminação e/ou redução de custos financeiros, operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção da **Cubos**, proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão de 30.7.2025, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Os termos e condições da operação constaram do "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação", firmado em 30.7.2025, de acordo com o disposto nos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Tendo em vista a aprovação da proposta para incorporação da **Cubos** por esta Sociedade: a) ratificaram a nomeação da Planned - Consultoria Tributária Contábil e Empresarial S.S., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.800, Andar P, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP 01451-001, registrada no CRC/SP sob nº 2SP019620/O-1 e inscrita no CNPJ sob nº 01.623.439/0001-33, como responsável pelas avaliações dos patrimônios líquidos desta Sociedade (**BPF**) e da **Cubos**, a valor contábil, na respectiva data-base, conforme disposto no item IV do mencionado "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação"; b) aprovaram o "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação", firmado entre a **Cubos** (Sociedade Incorporada) e esta Sociedade (Sociedade Incorporadora), em 30.7.2025, bem como os seus anexos (Laudos de Avaliação e balanços patrimoniais), tanto na forma como no teor em que foram redigidos, especialmente quanto aos números neles contidos, cujas transcrições foram dispensadas, os quais, rubricados pelos componentes da Mesa, ficarão arquivados na Sociedade, nos termos da alínea "a" do Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, e serão levados juntamente com esta Ata a registro na Junta Comercial do Estado do São Paulo; c) de acordo com o disposto na letra "b" do item VI do "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação", aprovar o aumento do capital social em R\$1.478.598.845,61 (um bilhão, quatrocentos e setenta e oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos), elevando-o de R\$704.828.140,10 (setecentos e quatro milhões, oitocentos e vinte e oito mil, cento e quarenta reais e dez centavos) para R\$2.183.426.985,71 (dois bilhões, cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), mediante emissão de 95.192.403 (noventa e cinco milhões, cento e noventa e duas mil, quatrocentas e três) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, todas atribuídas à Bradesco Holding de Investimentos S.A., única sócia-cotista da **Cubos**, com a consequente alteração da redação da Artigo 6º do Estatuto Social, que passa a ser a seguinte: "Artigo 6º) O Capital Social é de R\$2.183.426.985,71 (dois bilhões, cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos) dividido em 128.955.766 (cento e vinte e oito milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, setecentas e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal"; d) na sequência dos trabalhos, disse o senhor Presidente que a Diretoria desta Sociedade fica autorizada a para praticar todos os atos necessários, tomar todas as providências complementares da operação de incorporação ora aprovada e a proceder, perante todas as repartições e Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, ao cancelamento dos registros em nome da **Cubos**, podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer papéis, formulários, requerimentos e demais documentos necessários nesse sentido. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Presidente: Pedro Lins Meira Quintão; Secretário: Vinicius Panaro; Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A., representada por seus Diretores, senhores Pedro Lins Meira Quintão e Vinicius Panaro. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli - Presidente e Vinicius Panaro - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 394.005/25-9 em 14.11.2025 a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Cartonifício Valinhos S/A

CNPJ 45.992.476/0001-94
Edital de Convocação

Conforme disposto no Art. 124 §1º da Lei 6.404/76, convocamos os acionistas para AGE a realizar-se dia 18/12/2025, às 15:00h na sede da Empresa à Rua 12 de Outubro, nº 20 - Vila Santana, município de Valinhos, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre: Ordem do dia: 1) Distribuição de dividendos; 2) Aumento de Capital Social; 3) Aprovação da Reformulação do Estatuto Social; e 4) Outros assuntos. Valinhos, 05 de dezembro de 2025. **Cartonifício Valinhos S/A.**

VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727
COMPANHIA FECHADA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 18 de dezembro de 2025, às 10h00min, em 1ª Convocação ou, às 10h30min, em 2ª Convocação, na Avenida Paulista nº 2064, espaço Center 3, Bairro Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-200, bem como através da plataforma eletrônica: <https://us02web.zoom.us/j/82140998080?pwd=thb1WRZs4JpVd6vXu37aP3cdqzBFYQ.1>, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a destinação de lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2025, nos termos da Lei nº 15.270/2025. Para participarem da Assembleia, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão apresentar documento de identificação e, se for o caso, procuração com poderes para participar da Assembleia. São Paulo, 18 de dezembro de 2025. **Fernando José Garcia** (Diretor-Secretário) e **Dani Glikmanas** (Diretor-Superintendente).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SÃO PAULO FORO REGIONAL VIII – TATUAPÉ 5ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000305-11.2021.8.26.0008 A MM. Juíza de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dra. Ana Carolina Vaz Pacheco de Castro, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a LUCAS DE LIMA ARAÚJO, Brasileiro, CPF: 142.707.394-52**, que lhe foi proposta uma ação de Busca de Apreensão convertida em Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, visando o recebimento da quantia R\$ 62.236,75 (18/04/2023), decorrente do inadimplemento do Contrato de Financiamento para Aquisição de Bens de nº 5170489. Estando o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que pague a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento, no prazo de 3 (três) dias, ficando cliente que, nos termos do art. 827, §1º, do NCPC, em caso de pagamento integral no prazo determinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade, registrando-se ainda, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, ou ainda, alternativamente, poderá no lugar dos embargos, mediante o depósito de 30%(trinta por cento) do valor total executado, requerer o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês, sob pena de ser convertido em penhora o arresto realizado sobre a quantia de R\$ 160,30 bloqueada através do SISBAJUD. Ficando advertido que na ausência de oposição de embargos será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de maio de 2025.

FAIR CORRETORA DE CâMBIO S.A.

CNPJ nº 32.648.370/0001-26 - NIRE 35300313755

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13.10.2025

DATA: 13 de outubro de 2025, às 11:00 horas. **LOCAL:** Sede Social da Fair Corretora de Câmbio S.A. ("Companhia"), na Rua Vergueiro, nº 1.753/1.759 - 6º, 7º e 9º andares - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP 04101-000. **CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:** Dispensada a convocação em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas e a assinatura na presente ata. Presentes também os diretores estatutários da companhia. **MESA:** Presidente: Thaís Luzia Lavia. Secretário: Caio Augusto Bastos Lucchesi Filho. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o aporte financeiro e de caráter emergencial sem configuração de operação de crédito e sem incidência de Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF"). **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:** Preliminarmente, a única acionista aprovou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. De acordo com o artigo 121, parágrafo único da Lei das S.A., esta Assembleia Geral foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **DELIBERAÇÕES:** Decorrente de bloqueio judicial temporário das contas operacionais da Companhia, em consequência da medida judicial de caráter amplo, determinada pela Vara Criminal de Santa Catarina em 08.10.2025, houve bloqueio indevido de valores mantidos em contas operacionais da companhia, ocasionando em uma redução temporária do fluxo de caixa, comprometendo pagamentos urgentes de obrigações financeiras, tributárias e operacionais da Companhia. Considerando o exposto, a única acionista, através de seu representante, ratificou a operação realizada em 08.10.2025 de aporte temporário de capital, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), realizado pela controladora indireta, a senhora Thaís Luzia Lavia ("Sra. Thaís"), em caráter emergencial, com devolução do respectivo numerário ocorrido nesta data, sem a caracterização de empréstimo ou mútuo e sem incidências de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), juros ou outras taxas. Todos os comprovantes permaneceram arquivados na sede da companhia. O aporte foi integralmente registrado, na rubrica contábil pertinente e determinada pela consultoria contábil, com controle individualizado e conciliação documental, fora declarado que, com a regularização da situação financeira mediante a devolução dos numerários ocorrida nesta data, a Companhia e a acionista Sra. Thaís se declaram quites em relação à operação e a devolução do valor aportado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 13 de outubro de 2025. **ASSINATURAS:** **Mesa:** **THAIS LUZIA LAVIA** - Presidente, **CAIO AUGUSTO BASTOS LUCCHESI FILHO** - Secretário. **ACIONISTA:** **FAIR PARTICIPAÇÕES LTDA.** - THAIS LUZIA LAVIA - Diretora, CAIO AUGUSTO BASTOS LUCCHESI FILHO - Diretor. **Diretores Presentes:** JOSE LAVIA JUNIOR, THAIS LUZIA LAVIA, PEDRO OSVALDO SCATTONE JUNIOR. JUCESP nº 1.392.145/25-9 em 17.11.2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Bradesco Participações Financeiras S.A.

CNPJ nº 15.011.336/0001-27 – NIRE 35.300.419.049

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22.8.2025

Data, Hora, Local: Em 22.8.2025, às 15h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Rubi, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Mesa:** Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Panaro. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, em conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1. aprovado o aumento do capital social em R\$886.999.999,61 (oitocentos e oitenta e seis milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos), elevando-o de R\$2.183.426.985,71 (dois bilhões, cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos) para R\$3.070.426.985,32 (três bilhões, setenta milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos). Em seguida, o Presidente disse que: serão emitidas 59.109.283 (cinquenta e nove milhões, cento e nove mil, duzentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$15,006103032 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas; o preço de emissão teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil por ação da Sociedade apurado em 31.7.2025; a redação do "caput" do artigo 6º do Estatuto Social será alterada após completado todo processo do aumento do capital. Na sequência dos trabalhos, o acionista Bradesco Holding de Investimentos S.A., por seus representantes, assinou o respectivo Boletim de Subscrição, subscrevendo as 59.109.283 (cinquenta e nove milhões, cento e nove mil, duzentas e oitenta e três) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando, no ato, em moeda corrente nacional; 2. considerando a subscrição e integralização do aumento ora aprovado, alterado o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 6º)** O Capital Social é de R\$3.070.426.985,32 (três bilhões, setenta milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos) dividido em 188.065.049 (cento e oitenta e oito milhões, sessenta e cinco mil e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". 3. consolidado o Estatuto Social, que passa a fazer parte integrante desta Ata como Anexo. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Panaro; Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A., representada por seus Diretores, senhores Pedro Lins Meira Quintão e Vinicius Panaro. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Panaro - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 395.653/25-3, em 18.11.2025 a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



Torres do Brasil S.A.

CNPJ nº 38.350.109/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Torres do Brasil S.A.** ("Companhia" ou "TRSA") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

1. Contexto Operacional e Mensagem da Administração: A Companhia, constituída em 2021 e controlada pela **Sítios Latinoamérica S.A.B. de C.V.**, consolidou em 2024 sua posição como um player relevante na gestão, administração e manutenção de infraestrutura de telecomunicações (sites *Greenfield e Rooftops*). O ano de 2024 foi marcado por uma forte geração de caixa operacional e um crescimento robusto no resultado final, impulsionado pela estabilidade da demanda e por eventos cambiais favoráveis. A Administração continua focada na eficiência da gestão de seus ativos e na otimização de sua estrutura de capital.

2. Destaques Econômico-Financeiros: Os números apresentados a seguir refletem o compromisso da Companhia com a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio.

2.1. Desempenho Operacional (Recita

e Custos): • **Recita Operacional Líquida:** Atingimos o montante de **R\$ 1.559,6 milhões**, mantendo a estabilidade e um leve crescimento em comparação aos R\$ 1.548,4 milhões registrados em 2023. A recita provém majoritariamente de serviços contínuos de administração e arrendamento de infraestrutura. • **Lucro Bruto:** O lucro bruto totalizou **R\$ 968,8 milhões**, com uma margem bruta de aproximadamente 62%, demonstrando a resiliência do nosso modelo de negócios frente aos custos dos serviços prestados, que somaram **R\$ 590,8 milhões**. • **Despesas Operacionais:** Houve uma gestão eficiente das despesas. As despesas gerais e administrativas recuaram para **R\$ 19,7 milhões** (vs. R\$ 24,4 milhões em 2023), e as despesas comerciais tiveram uma redução expressiva para **R\$ 3,7 milhões** (vs. R\$ 24,4 milhões em 2023).

2.2. Resultado Financeiro e Lucro Líquido: O grande destaque do exercício foi a inversão positiva do resultado financeiro e consequente salto no lucro líquido. • **Resultado Financeiro Líquido:** Registramos um resultado financeiro positivo de **R\$ 243,0 milhões**, revertendo o resultado negativo de R\$ 186,1 milhões do ano anterior. Esse desempenho foi fortemente influenciado pelas receitas com variação cambial, que somaram **R\$ 241,4 milhões**, decorrentes da exposição cambial em transações com partes relacionadas. • **Lucro Líquido:** Como resultado da sólida operação e do resultado financeiro favorável, o Lucro Líquido do exercício atingiu **R\$ 810,6 milhões**, um aumento de 58% em relação aos R\$ 512,3 milhões de 2023.

Tabela Sintética de Resultados (Em milhares de Reais)				
Descrição	2024	2023	Variação	
Recita Líquida	1.559.574	1.548.372	+0,7%	
Lucro Bruto	968.807	983.452	-1,5%	
Resultado Financeiro	243.070	(186.132)	N/A	
Lucro Líquido	810.609	512.287	+58,2%	
EBITDA (LAJIR) *	956.693	955.715	+0,1%	

* LAJIR: *Situação antes dos juros e imposto de renda (Proxy operacional).*

3. Ativo Total: A Companhia encerrou o ano com Ativo Total de **R\$ 5,06 bilhões**, um crescimento relevante frente aos R\$ 4,18 bilhões de 2023, impulsionado principalmente pelo aumento no Ativo Imobilizado (+R\$ 120 milhões) e Direito

de Uso (+R\$ 698 milhões). • **Capital Circulante:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de **R\$ 175 milhões**. A Administração monitora essa situação e destaca que o acionista controlador indireto, Sítios Latinoamérica, possui capacidade financeira para prover suporte, se necessário, garantindo a continuidade operacional. • **Endividamento:** A Companhia realizou ações de juros passivo, quando antecipadamente partiu dos mútuos com a controladora e mantendo empréstimos de curto prazo de R\$ 19,7 milhões (já quitados em janeiro de 2025).

• **Investimentos (CAPEX):** Mantendo o foco na expansão e manutenção da qualidade de nossa infraestrutura, a Companhia investiu **R\$ 142,9 milhões** na compra de imobilizado e intangível durante o ano de 2024 (Fluxo de Caixa de Investimento). Adicionalmente, houve edificações líquidas de **R\$ 205,3 milhões** em Direito de Uso (arrendamentos IFRS 16).

• **Auditoria Independente:** As demonstrações financeiras foram auditadas pela **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.** O relatório dos auditores contém uma opinião com ressalvas

relacionada a dois pontos específicos: **1. Transações com Partes Relacionadas:** A auditoria apontou limitações na obtenção de evidências sobre a classificação contábil (passivo ou patrimônio) de mútuos no valor líquido a receber de aproximadamente R\$ 1 bilhão. **2. Provisão para Desmantelamento:** A auditoria questionou a competência temporal das movimentações realizadas de R\$ 91,2 milhões registradas na rubrica de provisão para desmantelamento. A Administração reforça que as práticas contábeis adotadas visam refletir adequadamente a posição financeira da Companhia e continua trabalhando para aprimorar seus controles e documentações para sanar tais apontamentos em exercícios futuros.

• **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. Entendemos um agradecimento especial aos nossos colaboradores, cuja dedicação foi fundamental para alcançar o lucro recorde de R\$ 810 milhões neste exercício.

São Paulo, 24 de outubro de 2025.

A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
	Notas	2024	2023	
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.333	84.032	
Contas a receber, líquidas	5	32.484	49.923	
Tributos a recuperar	6	62.213	-	
Partes relacionadas	11	113.205	138.498	
Despesas antecipadas		1.806	2.062	
Outros ativos		1.220	119	
		273.262	270.634	
Não circulante:				
Tributos diferidos, líquidos	7	106.302	106.636	
Despesas antecipadas		175	309	
Partes relacionadas	11	1.051.543	929.995	
Investimento		1.000	-	
Imobilizado	8	943.303	823.374	
Direito de uso	12	2.584.324	1.986.326	
		4.786.647	3.908.380	
Total do ativo		5.059.908	4.179.015	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante:				
Fornecedores	13	81.318	146.084	
Empréstimos	14	19.679	-	
Obrigações fiscais, líquidas	9	12.812	12.870	
Provisões	10	4.942	3.688	
Partes relacionadas	11	63.458	235.761	
Passivo de arrendamento	12	258.217	2.445	
Outras obrigações		6.217	4.616	
Adiantamento de clientes		3.398	-	
		450.041	405.282	
Não circulante:				
Provisões	10	269.094	354.246	
Partes relacionadas	11	2.619.778	2.086.311	
Passivo de arrendamento	12	2.888.872	2.862.536	
		2.888.872	2.862.536	
Patrimônio líquido:				
Capital social	15	110.161	110.161	
Reserva legal		22.032	22.032	
Reserva de retenção de lucros		1.588.802	779.040	
Total do patrimônio líquido		1.720.995	911.436	
Total do passivo e patrimônio líquido		5.059.908	4.179.015	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
1. Contexto Operacional: A Torres do Brasil S.A. ("Companhia" ou "TRSA") foi constituída em 25/03/2021, é sediada na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100, 03º andar, torre C, Vila Cruzeiro, CEP 04726-170, na Cidade e Estado de São Paulo. A Companhia atua como gestora, administradora de propriedade imobiliária e manutenção de estações de telecomunicações, podendo construir, operar, manter, conservar e, em geral, realizar a administração de todos os tipos de torres e quadras e de todos os tipos de estruturas de suporte e equipamentos de telecomunicações (sites <i>Greenfield e Rooftops</i>), dentre outras atividades correlatas, tendo como controladora, em 31/12/2024 e 2023, a Sítios Latinoamérica S.A.B. de C.V., que detém 86,93% das ações representativas do capital social da Companhia. Análise sobre risco de continuidade operacional: Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Em 31/12/2024 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 175 milhões. Destacamos que nosso acionista controlador indireto, a Sítios Latinoamérica, tem a capacidade financeira para prover suporte necessário para a continuidade das operações. Em contrapartida, a Companhia apresenta, conforme demonstração do fluxo de caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$1.542.801 para o exercício findo em 31/12/2024. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixa dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes. Assim, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.				
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, refletem evidências e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 são apresentadas em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma. Também foram preparadas demonstrações de fluxo de caixa, as quais refletem a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponível para venda. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, reconhecimento de receita (nota explicativa 3.16), assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de IRPJ diferido. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisões e interpretações das alterações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que estavam em vigor em 31/12/2024. Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas do exercício comparativo foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações com o período corrente, porém, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 3. Políticas contábeis: 3.1. Novos pronunciamentos contábeis: Os seguintes pronunciamentos e interpretações, novos e revisados, foram emitidos e ainda não eram aplicáveis para o exercício findo em 31/12/2024:				

Norma/Emenda	Descrição da Alteração	Data de Início Obrigatória (IASB)
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando não há falta de conversibilidade.	1º jan/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas DF	Nova norma que substitui o IAS 1, introduzindo subcategorias obrigatórias, categorias (operacional, investimento, financiamento) e exige divulgação de MPMs (números gerenciais definidos pela Administração).	1º jan/2027
IFRS 19 - Sub-sidiárias sem obrigação pública: Divulgação	Permite divulgação reduzida por subsidiárias elegíveis, com requisitos mínimos e menos exigências de notas comparadas ao IFRS 12).	1º jan/2027
3.2. Novos pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2024:	As seguintes alterações aos pronunciamentos e interpretações foram aplicadas pela primeira vez em 01/01/2024. As alterações não tiveram impacto material na posição financeira ou nos resultados das operações da Companhia.	
Alterações aos pronunciamentos e interpretações	Descrição da alteração	
IAS / IFRS 26 (R1) - Representações das Demonstrações Contábeis	Alteração na norma específica os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação dependem do cumprimento de "covenants" futuros dentro de doze meses.	
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	Definição e divulgação de informações adicionais para financiamento de fornecedores.	

3.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda reconhecida no lucro líquido do exercício. **3.4. Instrumentos financeiros: a) Ativos Financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: O reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) a valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais. **Mensuração subsequentemente:** A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda

no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os requisitos de redução ao valor recuperável têm como objetivo assegurar o reconhecimento de perdas de crédito esperadas em todos os instrumentos financeiros.

Na data do balanço, quando houver aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento do reconhecimento inicial, a provisão deve ser mensurada com base nas perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente do instrumento financeiro. Para os instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito, a provisão deve ser mensurada considerando apenas as perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses. Essa abordagem garante que os riscos de inadimplência sejam refletidos tempestivamente nas demonstrações financeiras, independentemente do montante da provisão. **c) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: O reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação durante o curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros emitidos pela Companhia: contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento. **Mensuração subsequentemente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetivos. **3.5. Contas a receber, líquidas:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados, uma provisão para perdas esperadas é incluída no índice para todas as contas a receber de clientes e ativos de contrato. A demonstração destas perdas esperadas está na nota explicativa 3. **3.6. Arrendamento mercantil:** A Companhia avalia na data de início dos contratos, se esses contratos são ou contém arrendamentos, se eles transferem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. No início de um contrato de arrendamento, as empresas financeiras derivativas e passivos de arrendamento referentes às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento de longo prazo são reconhecidos como pagamentos de arrendamento mensurados ao custo amortizado, sendo o custo de arrendamento transferido a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária importa exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso não estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **3.7. Imobilizado:** O arrendamento: O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa de referência, e o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera essas despesas. O passivo de arrendamento é mensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: • O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a uma mudança no índice ou na taxa no arrendamento. O pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada no final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas

de desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os requisitos de redução ao valor recuperável têm como objetivo assegurar o reconhecimento de perdas de crédito esperadas em todos os instrumentos financeiros.

Na data do balanço, quando houver aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento do reconhecimento inicial, a provisão deve ser mensurada com base nas perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente do instrumento financeiro. Para os instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito, a provisão deve ser mensurada considerando apenas as perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses. Essa abordagem garante que os riscos de inadimplência sejam refletidos tempestivamente nas demonstrações financeiras, independentemente do montante da provisão. **c) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: O reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação durante o curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros emitidos pela Companhia: contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento. **Mensuração subsequentemente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetivos. **3.5. Contas a receber, líquidas:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados, uma provisão para perdas esperadas é incluída no índice para todas as contas a receber de clientes e ativos de contrato. A demonstração destas perdas esperadas está na nota explicativa 3. **3.6. Arrendamento mercantil:** A Companhia avalia na data de início dos contratos, se esses contratos são ou contém arrendamentos, se eles transferem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. No início de um contrato de arrendamento, as empresas financeiras derivativas e passivos de arrendamento referentes às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento de longo prazo são reconhecidos como pagamentos de arrendamento mensurados ao custo amortizado, sendo o custo de arrendamento transferido a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária importa exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso não estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **3.7. Imobilizado:** O arrendamento: O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa de referência, e o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera essas despesas. O passivo de arrendamento é mensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: • O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a uma mudança no índice ou na taxa no arrendamento. O pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada no final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas

de desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os requisitos de redução ao valor recuperável têm como objetivo assegurar o reconhecimento de perdas de crédito esperadas em todos os instrumentos financeiros.

Na data do balanço, quando houver aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento do reconhecimento inicial, a provisão deve ser mensurada com base nas perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente do instrumento financeiro. Para os instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito, a provisão deve ser mensurada considerando apenas as perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses. Essa abordagem garante que os riscos de inadimplência sejam refletidos tempestivamente nas demonstrações financeiras, independentemente do montante da provisão. **c) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: O reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação durante o curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros emitidos pela Companhia: contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento. **Mensuração subsequentemente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetivos. **3.5. Contas a receber, líquidas:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados, uma provisão para perdas esperadas é incluída no índice para todas as contas a receber de clientes e ativos de contrato. A demonstração destas perdas esperadas está na nota explicativa 3. **3.6. Arrendamento mercantil:** A Companhia avalia na data de início dos contratos, se esses contratos são ou contém arrendamentos, se eles transferem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. No início de um contrato de arrendamento, as empresas financeiras derivativas e passivos de arrendamento referentes às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento de longo prazo são reconhecidos como pagamentos de arrendamento mensurados ao custo amortizado, sendo o custo de arrendamento transferido a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária importa exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso não estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **3.7. Imobilizado:** O arrendamento: O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa de referência, e o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera essas despesas. O passivo de arrendamento é mensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: • O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a uma mudança no índice ou na taxa no arrendamento. O pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada no final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas

de desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os requisitos de redução ao valor recuperável têm como objetivo assegurar o reconhecimento de perdas de crédito esperadas em todos os instrumentos financeiros.

Na data do balanço, quando houver aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento do reconhecimento inicial, a provisão deve ser mensurada com base nas perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente do instrumento financeiro. Para os instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito, a provisão deve ser mensurada considerando apenas as perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses. Essa abordagem garante que os riscos de inadimplência sejam refletidos tempestivamente nas demonstrações financeiras, independentemente do montante da provisão. **c) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: O reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação durante o curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros emitidos pela Companhia: contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento. **Mensuração subsequentemente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetivos. **3.5. Contas a receber, líquidas:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados, uma provisão para perdas esperadas é incluída no índice para todas as contas a receber de clientes e ativos de contrato. A demonstração destas perdas esperadas está na nota explicativa 3. **3.6. Arrendamento mercantil:** A Companhia avalia na data de início dos contratos, se esses contratos são ou contém arrendamentos, se eles transferem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. No início de um contrato de arrendamento, as empresas financeiras derivativas e passivos de arrendamento referentes às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento de longo prazo são reconhecidos como pagamentos de arrendamento mensurados ao custo amortizado, sendo o custo de arrendamento transferido a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária importa exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso não estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **3.7. Imobilizado:** O arrendamento: O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa de referência, e o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera essas despesas. O passivo de arrendamento é mensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: • O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido

Continuação •

<

JT Publicidade

Equipav

Demonstrações Financeiras 2023

ARCOS SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 29.291.541/0001-06

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)															
Ativos	Nota	Controladora			Consolidado			Passivos	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)			31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Reapresentado)			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10	10	10	138.986	77.136	105.742	Fornecedores e empreiteiros	15	-	-	14	612.910	188.645	211.693
Aplicações financeiras	8	15.963	-	-	4.753.600	1.901.775	2.473.236	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	37.318	31.980	16.485	1.556.806	1.449.740	1.613.867
Contas a receber de clientes	9	-	-	-	1.848.528	1.038.364	847.931	Obrigações trabalhistas e sociais	17	15	13	12	658.472	131.636	107.867
Ativos financeiros contratuais	10	-	-	-	333.560	81.012	-	Obrigações fiscais	11	10	10	10	141.379	37.528	35.226
Estoques	-	-	-	-	179.139	33.520	22.845	Dividendos a pagar	21	2.510	251	251	163.431	15.924	38.469
Tributos a recuperar	-	-	316	316	195.376	151.300	108.375	Imposto de renda e contribuição social	26 a	-	-	-	146.734	66.747	64.352
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11	-	-	-	-	147.486	61.207	Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	540.798	81.629	-
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	71.530	1.806	6.561	Parcelamentos de tributos	-	-	-	-	604	338	604
Outros créditos	-	-	-	-	322.168	91.216	100.875	Outros tributos diferidos	18	-	-	-	30.774	11.223	11.917
Total do ativo circulante	15.973	326	326	7.842.887	3.523.615	3.726.872	Total do passivo circulante	39.853	32.245	16.764	16.764	4.140.469	2.125.432	1.146.774	63.059
Aplicações financeiras	8	-	-	-	172.788	113.178	40.176	Fornecedores e empreiteiros	15	-	-	-	65.615	54.334	26.128
Contas a receber de clientes	9	-	-	-	491.522	446.174	732.183	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	151.601	101.661	110.450	16.255.700	8.142.845	8.779.617
Ativos financeiros contratuais	10	-	-	-	512.043	507.032	-	Mútuo a pagar para partes relacionadas	11	-	255.346	-	-	370.157	28.130
Tributos a recuperar	2.736	-	-	-	170.105	157.934	80.250	Parcelamentos de tributos	19	-	-	-	1.614	2.034	4.463
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11	-	-	-	-	835.226	-	Provisões	26 b	-	-	-	1.687.645	68.883	19.278
Ativo fiscal diferido	26 b	-	-	-	-	709.390	42.587	Passivo fiscal diferido	26 b	-	-	-	328.935	236.411	270.586
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	-	541.514	1.187.351	Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	289.827	84.837	-
Depósitos judiciais	19	-	-	-	-	480.964	55.328	Provisão de benefício pós-emprego	20	-	-	-	622.578	-	-
Títulos e valores mobiliários	12	-	-	-	6.533.143	5.293.435	4.243.361	Outros tributos diferidos	18	75.174	-	-	55.465	33.153	21.032
Contas correntes a receber de partes relacionadas	-	21.548	-	-	-	1.228	20.264	Contas a pagar de partes relacionadas	18	-	-	-	75.174	-	-
Outros créditos	-	-	-	-	220.119	38.738	15.605	Outras contas a pagar	-	-	-	-	1.208.470	612.916	552.862
Total do realizável a longo prazo	2.736	21.548	-	-	10.666.814	6.680.738	6.430.157	Total do passivo não circulante	226.775	357.007	110.450	20.591.022	10.605.570	9.834.096	
Investimentos	12	1.501.363	1.202.113	1.287.516	676.583	827.857	587.800	Total do passivo	266.628	389.252	127.214	24.731.492	12.731.002	10.980.870	
Imobilizado	-	84	-	-	-	763.578	412.255	Patrimônio líquido	21	-	-	-	575.584	188.814	188.814
Ativo de contrato da concessão	13	-	-	-	-	3.193.592	612.369	Reservas de lucros	-	575.584	188.814	188.814	575.584	188.814	188.814
Intangível	14	-	-	-	-	11.398.684	5.360.150	Ajuste de avaliação patrimonial	-	650.846	702.887	893.408	650.846	702.887	893.408
Total do ativo não circulante	1.504.183	1.223.661	1.287.516	26.699.251	13.893.369	12.552.294	Ajuste de conversão de balanço	25.006	25.006	(59.058)	72.797	25.006	(59.058)	72.797	72.797
Total do ativo	1.520.156	1.223.987	1.287.842	34.542.138	17.416.984	16.279.166	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	2.092	2.092	5.609	2.092	2.092	5.609	5.609	5.609
							Participação de não controladores	1.253.528	834.735	1.160.628	1.253.528	834.735	1.160.628	834.735	1.160.628
							Total do patrimônio líquido	1.253.528	834.735	1.160.628	1.253.528	834.735	1.160.628	834.735	1.160.628
							Total do passivo e patrimônio líquido	1.520.156	1.223.987	1.287.842	34.542.138	17.416.984	16.279.166	17.416.984	16.279.166

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)												
	Nota	Atribuído aos acionistas controladores					Participação de acionistas não controladores			Total do patrimônio líquido		
		Capital social	Legal	Reservas de lucros	Ajuste de conversão de balanço	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	patrimônio líquido			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	188.814	-	865.722	72.797	5.609	-	1.132.942	4.102.252	5.235.194		
Ajustes de reapresentação	-	-	-	27.686	-	-	-	27.686	35.276	62.962		
Saldos em 1º de janeiro de 2022 - (Reapresentado)	-	188.814	-	893.408	72.797	5.609	-	1.160.628	4.137.528	5.298.158		
Valor justo derivativos (Hedge accounting)	27	-	-	-	(131.655)	-	-	(131.655)	(202.926)	(334.781)		
Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	-	-	(3.517)	-	(3.517)	(5.401)	(8.918)		
Diluição de participação societária	-	-	-	(806)	-	-	-	(806)	(1.240)	(2.046)		
Outros efeitos reflexos	-	-	-	(13.311)	-	-	-	(13.311)	4.563	(8.748)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	65.509	65.509	231.897	297.406		
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendos	20 d	-	-	(241.913)	-	-	-	(241.913)	(313.174)	(555.087)		
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	65.509	-	-	-	(65.509)	-	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - (Reapresentado)	-	188.814	-	702.887	(59.058)	2.092	-	834.735	3.851.247	4.685.982		
Aumento de capital social	21 a	386.770	-	-	-	-	-	386.770	112.377	499.147		
Aquisição de participação em não controladores	6	-	-	-	-	-	-	-	3.736.361	3.736.361		
Valor justo derivativos (Hedge accounting)	27	-	-	-	73.022	-	-	73.022	112.193	185.215		
Valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	11.042	-	-	11.042	16.901	27.943		
Incentivo fiscal	-	-	-	196	-	-	-	196	145	341		
Diluição de participação societária	-	-	-	2.325	-	-	-	2.325	-	2.325		
Outros efeitos operações com acionistas	-	-	-	(22.047)	-	-	-	(22.047)	22.393	346		
Perdas atuárias	20	-	-	-	-	-	-	-	11.290	11.290		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	171.238	171.238	1.222.558	1.393.796		
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva legal	-	-	8.562	-	-	-	-	(8.562)	-	-		
Dividendos intermediários	-	-	-	(203.753)	-	-	-	(203.753)	(528.347)	(732.100)		
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	162.676	-	-	-	(162.676)	-	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2023 - (Reapresentado)	-	575.584	8.562	642.284	25.006	2.092	-	1.253.528	8.557.118	9.810.646		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.												

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Arcos Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Arcos Saneamento e Participações Ltda., é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede, na Rua Cardeal Arco Verde, nº 2.365, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços administrativos para sociedades controladas ou coligadas, especialmente na área financeira, administrativa, contábil e de processamento de dados, bem como assessoria comercial, locação de bens e participação em outras sociedades como quotista ou acionista. 2. ENTIDADES DO GRUPO E COLIGADAS: A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia no quadro acionário total de suas controladas e coligadas, bem como suas atividades:

Controladas	Atividades Principais	Contrato de concessão ou edital nº	Data de término da concessão	% de Participação			
				2023	2022	2023	2022
Equipav Saneamento S.A. (anteriormente Grua Investimentos S.A.)	Holding	-	-	98,84%	-	98,53%	-
Aegsea Saneamento e Participações S.A.	Holding	-	-	-	57,37%	-	57,37%
Verona Saneamento e Investimentos S.A.	Holding	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Montesse Engenharia e Comércio Ltda.	Serviços de Engenharia	-	-	-	100%	-	100%
AE Contact Call Center Ltda. ("AE Contact")	Teletendimento (I)	-	-	-	100%	-	100%
Aegsea Finance S. à R. L. ("Aegsea Finance")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
AESAN Engenharia e Participações Ltda. ("AESAN Engenharia")	Serviços de Engenharia (I)	-	-	-	100%	-	100%
Águas de Ariqueemes Saneamento SPE S.A. ("Ariqueemes")	Concessão Água e Esgoto	194/2016	04/2046	-	100%	-	100%
Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. ("Bombinhas")	Concessão Água e Esgoto	06/2016	08/2051	-	100%	-	100%
Águas de Buriú Saneamento S.A. ("Buriú")	Concessão Água e Esgoto	001/2013	04/2045	-	100%	-	100%
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. ("Camboriú")	Concessão Água e Esgoto	016/2015	11/2050	-	100%	-	100%
Águas de Guaraniá Ltda. ("Guaraniá")	Concessão Água e Esgoto	45/2001	05/2031	-	100%	-	100%
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. ("Holambra")	Concessão Água e Esgoto	001/2015	01/2046	-	100%	-	100%
Águas de Matão S.A. ("Matão")	Concessão Água e Esgoto	002/2013	02/2044	-	100%	-	100%
Águas de Matupá Ltda. ("Matupá")	Concessão Água e Esgoto	001/2001	11/2031	-	100%	-	100%
Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda. ("Novo Progresso")	Concessão Água	001/2003	08/2033	-	100%	-	100%
Águas de Paranaatinga S.A. ("Paranaatinga")	Concessão Água e Esgoto	001/2014	04/2045	-	51%	-	51%
Águas de Penha Saneamento SPE S.A. ("Penha")	Concessão Água e Esgoto	194/2015	11/2050	-	99,81%	-	99,81%
Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda. ("Pimenta Bueno")	Concessão Água e Esgoto	001/2015	09/2045	-	100%	-	100%
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda. ("Porto Esperidião")	Concessão Água e Esgoto	48/2012	12/2042	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda. ("Rolim de Moura")	Concessão Água e Esgoto	2497/2012	07/2046	-	100%	-	100%
Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A. ("São Francisco")	Concessão Água e Esgoto	02.117/2014	02/2044	-	100%	-	100%
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. ("São Francisco do Sul")	Concessão Água e Esgoto	056/2014	01/2050	-	100%	-	100%
Águas de Sinop S.A. ("Sinop")	Concessão Água e Esgoto	002/2014	11/2044	-	100%	-	100%
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. ("Teresina")	Subconcessão Água e Esgoto	001/2016	06/2047	-	100%	-	100%
Águas de Timon Saneamento S.A. ("Timon")	Concessão Água e Esgoto	004/2014	04/2045	-	100%	-	100%
Águas do Mirante S.A. ("Mirante")	Concessão Esgoto	48/2012	06/2042	-	99,99%	-	99,99%
Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Cariacica")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	277/2020	03/2051	-	100%	-	100%
Ambiental Ceará 1 SPE S.A. ("Ceará 1")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	002/2023	05/2053	-	100%	-	100%
Ambiental Ceará 2 SPE S.A. ("Ceará 2")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	002/2023	05/2053	-	100%	-	100%
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Metrosul")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	001/2019	11/2055	-	100%	-	100%
Ambiental MS Pantanal SPE S.A. ("MS Pantanal")	Concessão Esgoto	0018/2021	05/2051	-	100%	-	100%
Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. ("Serra")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	034/2014	01/2045	-	100%	-	100%
Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Vila Velha")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	008/2017	06/2047	-	99,99%	-	99,99%
Concessionária Águas de Merit Ltda. ("Merit")	Concessão Água e Esgoto	86/98	07/2045	-	51%	-	51%
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. ("GSS")	Tecnologia da Informação (I)	-	-	-	100%	-	100%
Gualiba Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo Gualiba")	Fundo de Investimento	-	-	-	100%	-	100%
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. ("LVE")	Locação de Veículos (I)	-	-	-	100%	-	100%
R3 Engenharia S.A. ("R3 Engenharia")	Serviços de Engenharia (I)	-	-	-	100%	-	100%
Regenera Cariri SPE S.A. ("Cariri")	Concessão Resíduos Sólidos	2023.06.13.1	07/2054	-	51%	-	51%
Regional 1 Engenharia e Participações Ltda. ("R1 Engenharia")	Serviços de Engenharia (I)	-	-	-	100%	-	100%
Santense Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo Santense")	Fundo de Investimento	-	-	-	100%	-	100%
Aegsea Desenvolvimento S.A. ("Aegsea Desenvolvimento")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Ambiental Crato Concessionária de Saneamento S.A. ("Ambiental Crato")	Concessão Esgoto	2021.11.03.2	07/2057	-	100%	-	100%
Igarapé Participações S.A. ("Igarapé Participações")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Igarapé Sustentabilidade S.A. ("Igarapé Sustentabilidade")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Companhia de Saneamento de Manaus ("CSM")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Manaus Ambiental S.A. ("Manaus")	Concessão Água e Esgoto	02/2000	07/2045	-	100%	-	100%
Companhia de Saneamento de Norte ("CSN")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. ("Rio Negro")	Concessão Água	001/2016	07/2045	-	100%	-	100%
Nascentes do Xingu Investimentos S.A. ("Nascentes do Xingu Investimentos")	Holding	-	-	-	51%	-	51%
Águas de Confresa S.A. ("Confresa")	Concessão Água e Esgoto	03/2013	02/2054	-	51%	-	51%
Águas de Diamantino S.A. ("Diamantino")	Concessão Água e Esgoto	002/2013	05/2044	-	51%	-	51%
Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. ("Nascentes do Xingu Participações")	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Águas de Barra das Garças Ltda. ("Barra das Garças")	Concessão Água e Esgoto	090/2003	09/2033	-	100%	-	100%
Águas de Campo Verde S.A. ("Campo Verde")	Concessão Água e Esgoto	01/2001	11/2031	-	51%	-	51%
Águas de Carilinda S.A. ("Carilinda")	Concessão Água e Esgoto	001/04	01/2034	-	51%	-	51%
Águas de Cláudia S.A. ("Cláudia")	Concessão Água e Esgoto	033/2004	03/2034	-	51%	-	51%
Águas de Jauri SPE S.A. ("Jauri")	Concessão Água e Esgoto	013/2012	02/2042	-	100%	-	100%
Águas de Jauri Abastecimento e Distribuição S.A. ("Jauri")	Concessão Água e Esgoto	013/2012	01/2042	-	51%	-	51%
Águas de Maracandia S.A. ("Maracandia")	Concessão Água e Esgoto	001/2003	06/2033	-	51%	-	51%
Águas de Nortelândia S.A. ("Nortelândia")	Concessão Água e Esgoto	001/2002	01/2052	-	51%	-	51%
Águas de Pooné S.A. ("Pooné")	Concessão Água e Esgoto	146/2008	06/2024	-	51%	-	51%
Águas de Primavera S.A. ("Primavera")	Concessão Água e Esgoto	001/05/2000	08/2030	-	51%	-	51%
Águas de Santa Carmem S.A. ("Santa Carmem")	Concessão Água e Esgoto	001/2001	11/2031	-	51%	-	51%
Águas de São José S.A. ("São José")	Concessão Água e Esgoto	01/2008	03/2038	-	51%	-	51%
Águas de Sorriso S.A. ("Sorriso")	Concessão Água e Esgoto	001/2000	06/2030	-	51%	-	51%
Águas de União do Sul S.A. ("União do Sul")	Concessão Água e Esgoto	001/2000	08/2030	-	51%	-	51%
Águas de Vera S.A. ("Vera")	Concessão Água e Esgoto	001/2003	04/2041	-	51%	-	51%
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. ("Peixoto")	Concessão Água e Esgoto	001/1998	08/2030	-	51%	-	51%
Saneamento Básico de Jangada S.A. ("Jangada")	Concessão Água e Esgoto	031/2004	06/2034	-	51%	-	51%
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. ("Pedra Preta")	Concessão Água e Esgoto	098/2003	12/2032	-	51%	-	51%
Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco")	Holding	-	-	-	75,00%	-	75,20%
Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Ambiental Paraná")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	55045	03/2047	-	75,00%	-	-
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("CORSAN") (a)	Concessão Água e Esgoto	317 contratos	Dez/29 a Dez/62	-	99,62%	-	-
Tertulia Participações e Administração S.A. ("Tertulia")	Holding	-	-	-	57%	-	57%
Protagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Protagos")	Concessão Água e Esgoto	CN 04/96	05/2041	-	57%	-	57%
Camastira Participações e Administração S.A. ("Camastira")	Holding	-	-	-	67,92%	-	67,92%
Águas Guariboba S.A. ("Guariboba")	Concessão Água e Esgoto	104/2000	08/2060	-	67,92%	-	67,92%

Atualização de outras contas a pagar				-	-	68.065	(21.322)
Juros de arrendamentos				-	-	40.694	-
				1.396	(944)	3.660.657	2.072.579
Variações nos ativos e passivos							
(Aumento) / (Diminuição) dos ativos							
Contas a receber de clientes				-	-	(443.106)	(60.674)
Ativos financeiros contratuais				-	-	(60.068)	-
Estoques				-	-	(21.131)	(10.675)
Tributos a recuperar				(104)	-	(210.179)	5.798
Depósitos judiciais				-	-	31.544	(4.635)
Outros créditos				-	-	(218)	(6.262)
Aumento / (Diminuição) dos passivos							
Fornecedores e empreiteiros				(2)	(14)	(38.351)	(3.242)
Obrigações trabalhistas e sociais				1	1	(164.084)	23.962
Obrigações fiscais				-	1	45.239	2.778
Parcelamentos de tributos				9	-	(442)	(394)
Pagamentos de demandas judiciais				-	-	(28.433)	(28.598)
Outros tributos diferidos				19	-	41.853	11.438
Outras contas a pagar				-	-	19.684	(181.871)
Juros pagos				16	(7.320)	(1.784)	(1.433.973)
Imposto de renda e contribuição social pagos				26 a	-	(407.298)	(272.056)
				(6.020)	(2.740)	991.694	(31.685)
Fluxo de caixa líquido (usado nas)							
proveniente das atividades operacionais							
Fluxo de caixa de atividades de investimento							
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas				(16.745)	-	(2.810.739)	534.992
Juros recebidos de aplicações financeiras e debêntures privadas				858	-	195.464	268.447
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos				68.931	23.211	-	-
Aporte de capital em coligadas				12 g	-	(1.210.436)	(1.050.074)
Aporte de capital em controladas				12 g	(110.253)	-	-
Reserva de incentivo fiscal				-	-	241	-
Aquisição do ativo financeiro				-	-	(13.964)	-
Aquisição da controlada CORSAN,				-	-	391.137	-
liquido do caixa obtido na aquisição				-	-	(72.347)	(10.148)
Aquisição de imobilizado				-	(97)	(1.872.391)	(918.046)
Aquisição de ativo de contrato da concessão				13	-	-	-
Aquisição de intangível				-	-	(645.163)	(50.522)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente							
das atividades de investimento							
				(57.306)	23.211	6.038.198	(1.225.350)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento							
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas				16	65.000	7.642.412	4.603.868
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures				-	-	(124.922)	(21.819)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas				16	(24.700)	(1.288.587)	(3.235.307)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos				-	-	1.309	637.014
Instrumentos financeiros derivativos pagos				-	-	(241.920)	(331.985)
Dividendos pagos				(203.688)	-	(775.000)	(612.899)
Recursos provenientes de aporte de capital				-	-	112.235	-
Pagamentos de arrendamentos				18	-	(218.692)	-
Ganho de diluição na participação societária				-	-	-	(2.047)
Conta corrente líquida - Partes relacionadas				226.714	233.799	91.584	311.059
Fluxo de caixa líquido proveniente							
das (usado nas) atividades de financiamento							
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa				63.326	(20.471)	5.108.354	1.306.307
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro				-	-	61.850	49.272
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro				6	10	10.736	105.472
Ajuste de conversão de balanço				-	-	-	(77.878)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro				6	10	10.736	77.136
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa				-	-	61.850	49.272
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.							
Dom Pedrito, Estância Velha, Rosário do Sul, Cidreira, Jaguará, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Igrejinha, Quaraí, Capanga do Sul, Três Passos, Encruzilhada do Sul, Arroio Grande, Tapas, Espumoso, São Francisco de Assis, Tapera, Cacape, Pinheiro Machado, Iari, Catuípe, Glorinha, Barra do Quaraí, Ciporã, Braga, Pedras Altas. (iii) Os municípios são: Camacha das Missões, Canguçu, Erechim, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Morro Redondo, Nova Brésia, Piratini, Sentinela do Sul. A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia em suas coligadas, bem como suas atividades:							
Coligadas	Atividades Principais	Contrato de concessão ou edital nº	Data de término da concessão	% de Participação			
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Águas do Rio investimentos S.A. ("Rio Investimentos")	Holding	-	-	-	20%	-	-
Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Rio 1")	Concessão Água e Esgoto	03/2021	11/2056	-	20%	-	20%
Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Rio 4")	Concessão Água e Esgoto	03/2021	11/2056	-	20%	-	20%
Parasan S.A. ("Parasan")	Holding	-	-	-	25%	-	75,04%
Em 01 de julho de 2023, a controlada indireta Aegsea em conjunto com os demais acionistas da Rio 1 e da Rio 4 transferiram a totalidade das suas ações para a Águas do Rio Investimentos S.A. mediante aporte de capital na mesma. Em 30 de março de 2023, a controlada indireta Aegsea teve seu investimento na Parasan diluído mediante a emissão de novas ações ordinárias (capital votante), consequentemente deixou de ser o controle da Parasan, tornando-a coligada da Aegsea. 3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 3.1. BASE DE PREPARAÇÃO 3.1.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas e os pronunciamentos do Conselho de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Diretoria em 5 de dezembro de 2025. Decorrente da aquisição da Parasan pela controlada indireta Aegsea Saneamento e Participações S.A., divulgada na nota explicativa nº 5, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo passaram a incluir essa investida indireta, motivo pelo qual comparabilidade das demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado está afetada. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àsquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) Base funcional e método de reconhecimento: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 9); • Mensuração de ativos e passivos a valor justo na combinação de negócios (nota explicativa nº 5); • Reconhecimento de títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 27); • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 14); • Provisão para benefício pós-emprego (nota explicativa nº 20); • Reconhecimento e mensuração de provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saldas de recursos (nota explicativa nº 27); • Reconhecimento							

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

[illegible][illegible]

Contraprestação transferida		
Sanco		415.151
Parsan		3.736.361
Contraprestação transferida		4.151.512
<u>Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa		32.238
Aplicações financeiras		839.800
Contas a receber de clientes		490.473
Ativos financeiros contratuais		785.312
Estoque		124.486
Depósitos judiciais		454.939
Ativo fiscal diferido		801.190
Otros créditos		407.389
Otros ativos		60.292
Total da aquisição		179.733
Ativo de contrato da concessão		1.553.380
Intangível		3.145.498
Contrato de concessão (Mais Valia)		1.144.302
Fornecedores e empreiteiros		(477.040)
Empreítimos, financiamentos e débitos		(1.071.530)
Otros passivos		(298.546)
Dívidas e juros sobre o capital próprio		(183.831)
Provisão para benefícios pós-empleo		(1.107.845)
Provisões para riscos civis e trabalhista		(1.021.169)
Provisão de Indenizações trabalhista (PDI)		(669.931)
Contingências possíveis		(505.160)
Otras contas a pagar		(151.510)
Total líquido ativos adquiridos e passivos assumidos		4.151.512
Total líquido atribuído aos controladores		415.151
Total líquido atribuído aos não controladores		3.736.361
Valor justo na data de aquisição das contas a receber de clientes é de R\$ 490.473, os quais se espera que sejam recebidos no prazo médio de 90 dias.		
O valor justo na data de aquisição das contingências possíveis identificadas é de R\$ 526.160 e o valor justo das indenizações identificadas é de R\$ 669.931. O passivo fiscal diferido compreende basicamente o imposto de renda e contribuição social que refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. Com a finalização do processo de privatização da controladora indireta Corsan, a condição de impositiva tributária ao imposto de renda sobre o Lucro que a controladora indireta estava submetida, cessou. Portanto, a partir de 07 de julho de 2023, data da privatização a controladora indireta passa a apurar o lucro antes de Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período. Desse a data de aquisição, a controladora indireta Corsan contribuiu para o Grupo com receitas de R\$ 2.554.473 e lucros antes dos tributos de R\$ 513.022. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício as receitas do Grupo totalizariam R\$ 5.104 e o lucro antes dos tributos seria de R\$ 1.204.006. Mensuração a valor justo efetuada em bases consolidadas.		
Os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram determinados de forma preliminar na data base de 31 de dezembro de 2023. A conclusão será dada pelo Grupo após análise e revisão da avaliação independente contratada em andamento. Se novas informações forem obtidas dentro do prazo de 12 meses, a contar da data de aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, e que indicarem necessidade de ajustes nos valores mencionados acima, a Administração poderá fazer os ajustes necessários para assegurar a apresentação correta dos dados aqui divulgados.		
(II) Incorporação: Em 31 de outubro de 2023, a Companhia realizou a incorporação de sua coligada Saneamento II Investimento e Participações S.A., por entender que a operação resultará em um aumento da eficiência nas operações, especialmente no âmbito financeiro e administrativo, reduzindo custos e gerando sinergias para as partes envolvidas. A demonstração dos ativos e passivos incorporados, com data base de 31 de outubro de 2023, validado por laudo de avaliação de acordo líquido contabil, está apresentado a seguir:		
Saneamento II		
Aplicações financeiras		1.566
Impostos a recuperar		2.068
Contas a receber de partes relacionadas		385.333
Dívidas a pagar		(2.194)
Total líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos		386.770
TOTAL DOS EFEITOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras estão sujeitas à representação razoável. No entanto, o tratamento contábil anteriormente aplicado relativo à eliminação do lucro não realizado em operações com partes relacionadas. Em análise da Administração, concluiu-se que, por se tratar de construção de ativos relacionados a concessões de saneamento, amparadas pelos contratos de concessão, tal eliminação não seria aplicável, tendo em vista que as Companhias do Grupo possuem o direito de exploração desses ativos construídos, sendo a posse do bem concedente ao final da concessão. Neste contexto, os efeitos relacionados à eliminação do lucro não realizado são representativos da consequente representação das demonstrações financeiras de modo a assegurar a integridade, fidelidade, consistência e comparabilidade das informações divulgadas. Os quadros a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:		

—continua..

continuação...

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

Contadora Consolidado

2023 2022

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Saldos em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de

continuação...									
Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em milhares de reais)									
Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data pagamento principal	Pagamento Juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")		
Teresina	IPCA + 6,9%	4ª emissão - 1ª série	Mai/2022	409.317	3 parcelas - maio de 2030, 2031 e 2032	Semestral da emissão	A Controlada indireta Teresina concedeu fiança nas operações. A Controlada indireta Teresina com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto ao Banco Santander, BTG Pactual e BR Partners instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de 111,03% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento.		
Teresina	IPCA + 6,5%	4ª emissão - 2ª série	Mai/2022	190.683	5 parcelas - maio de 2033, 2034, 2035, 2036 e 2037	Semestral da emissão	A Aegea concedeu fiança nas operações. A Controlada indireta Teresina com a finalidade de reduzir o custo total da operação, contratou junto ao Banco Santander, BTG Pactual e BR Partners instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de 111,03% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento.		
Aegee	CDI + 2,45%	11ª emissão	Setembro/2022	800.000	3 parcelas - setembro de 2027, 2028 e 2029	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Manaus	CDI + 2,0%	4ª emissão	Outubro/2022	350.000	2 parcelas - outubro de 2023 e de 2024	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Aegee	CDI + 1,5%	12ª emissão - 2ª série	Dezembro/2022	240.000	Dezembro de 2025	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Aegee	CDI + 3,0%	13ª emissão	Março/2023	555.500	Março de 2026	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Aegee	CDI + 3,5%	14ª emissão	Mai/2023	1.000.000	3 parcelas - novembro de 2026 e 2027 e outubro de 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Aegee	CDI + 3,0%	15ª emissão	Mai/2023	35.000	Mai/2026	Em Mai/2026	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Manaus	CDI + 2,2%	5ª emissão	Julho/2023	200.000	Julho de 2024	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Aegee	CDI + 2,8%	17ª emissão - 1ª série	Setembro/2023	434.350	Setembro de 2026	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Aegee	CDI + 3,0%	17ª emissão - 2ª série	Setembro/2023	565.650	2 parcelas - setembro de 2027 e 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Companhia contratante	Encargos	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data pagamento principal	Pagamento Juros	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")		
Prolagos	CDI + 2,6%	6ª emissão	Outubro/2023	400.000	Outubro de 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Aegee	PRE + 16,3%	18ª emissão	Outubro/2023	2.685.650	Janeiro de 2031	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Corsan	CDI + 2,5%	5ª emissão - 1ª série	Dezembro/2023	583.728	Dezembro de 2026	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		
Corsan	CDI + 2,9%	5ª emissão - 2ª série	Dezembro/2023	916.272	Dezembro de 2028	Semestral da emissão	As operações de debêntures não possuem garantias e ou IFC		

Em junho de 2023, a controlada indireta Nascentes do Xingu liquidou a 3ª emissão de debêntures de valor nominal total de R\$ 155.000. Em julho de 2023, a controlada indireta Mirante liquidou a 3ª emissão de debêntures de valor nominal total de R\$ 65.000. Em outubro de 2023, a controlada indireta Prolagos liquidou a 5ª emissão de debêntures de valor nominal total de R\$ 150.000. b) **Loan Propagao:** Em dezembro de 2014 as controladas indiretas da Companhia contrataram uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A.* (PROPACOR), já totalmente desembolsadas e em fase de pagamento, conforme demonstrado a seguir:

Companhia contratante	Valor contratado (US\$)	Taxa na contratação (R\$)	Data de desembolso	Valor desembolsado	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")				
Guairioba	8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814	As garantias relacionadas a tal operação são: garantia fiduciária assumida pela Aegee e 9 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.				
Mato	14.000	R\$ 3,27	junho/16	45.836	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fiduciária assumida pela Aegee; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis; (iii) penhor de ações detidas pela Aegee e (iv) 5 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas indiretas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.				
São Francisco	10.000	R\$ 3,48	junho/16	34.768	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fiduciária assumida pela Aegee; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis; (iii) penhor de 100% das ações detidas pela Aegee; e (iv) 5 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas indiretas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.				
Barra do Garças	8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fiduciária assumida pela Aegee; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis; (iii) penhor de 100% das ações detidas pela Aegee; e (iv) 5 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas indiretas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.				

Os financiamentos são amortizados em parcelas semestrais a partir de dezembro/17 até o vencimento final dos contratos e os juros são pagos semestralmente a partir da emissão. c) **Projetos BNDES:** As controladas indiretas da Companhia contrataram financiamentos com o BNDES destinados à implantação, ampliação, otimização, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário nos municípios onde atuam:

Companhia contratante	Data de contratação	Valor nominal total	Valor Desembolsado	Vencimentos	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")				
Manaus	Novembro/2014	177.599	177.599	Entre dezembro de 2014 e junho de 2029	(i) garantia fiduciária assumida pela Aegee; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Manaus Ambiental; (iii) conta reserva; e (iv) penhor das ações da Manaus Ambiental detidas pelas acionistas.				
Prolagos	Junho/2013 à Novembro/2015	302.969	249.137	Entre novembro de 2025 e fevereiro de 2035	(i) garantia fiduciária assumida pela Aegee; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Prolagos limitados ao valor mensal de R\$ 6.272; (iii) conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da Prolagos detidas pelas acionistas.				
Serra	Novembro/2018	230.132	108.477	Entre julho de 2021 e dezembro de 2037	(i) garantia fiduciária assumida pela Aegee e Aegee Desenvolvimento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes de Serra limitados ao valor mensal de R\$ 4.000 após carência; (iii) conta reserva; e (iv) penhor de 100% das ações de Serra detidas pelas acionistas.				
São Francisco do sul	Fevereiro/2019	67.064	36.049	Em fevereiro de 2039	(i) garantia fiduciária assumida pela Aegee; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes de São Francisco do Sul limitados ao valor mensal de R\$ 1.100 após carência; e (iii) conta reserva.				
Manaus	Junho/2020	77.060	76.590	Entre junho de 2026 e julho de 2040	(i) garantia fiduciária assumida pela Aegee; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Manaus Ambiental; (iii) conta reserva; e (iv) penhor das ações da Manaus Ambiental detidas pelas acionistas.				
Corsan	Janeiro/2012 à Outubro/2018	505.277	308.533	Entre janeiro de 2027 e agosto de 2038	(i) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes de Corsan.				

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos. d) **Projetos CEF (Caixa Econômica Federal):** As controladas indiretas da Companhia celebraram contrato de financiamento de longo prazo junto à CEF, para fazer frente aos seus programas de investimentos, conforme descrito a seguir:

Companhia contratante	Data de contratação	Valor nominal total	Valor Desembolsado	Vencimentos	Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")				
Mirante	Fevereiro/2015	195.568	195.568	Entre abril de 2019 e fevereiro de 2039	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante detidas pela Aegee; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão de Mirante; (iii) notas promissórias no valor do contrato; (iv) conta reserva; e (v) garantia fiduciária assumida pela Aegee.				
Sinop (i)	Dezembro/2015	42.819	40.529	Entre fevereiro de 2020 e dezembro de 2039	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Sinop detidas pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de Sinop, podendo o referido percentual ser reduzido gradativamente de acordo com pedido futuro; (iii) nota promissória no valor do contrato; (iv) conta reserva; e (v) garantia fiduciária assumida pela Companhia.				
Confresa (ii)	Fevereiro/2021	17.489	3.306	Entre fevereiro de 2033 e fevereiro de 2043	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Confresa detidas pela Nascentes do Xingu; (ii) vinculação da receita e penhor dos direitos creditórios da concessão de Confresa; (iii) nota promissória no valor do contrato; (iv) conta reserva; e (v) garantia fiduciária assumida pela Companhia.				
Corsan (iv)	Agosto/2007	603.637	285.380	Entre abril de 2030 e novembro de 2041	As garantias relacionadas a tal operação são: (i) Cessão Fiduciária dos Direitos creditórios de Corsan; (ii) Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes de Corsan; e (iii) conta reserva.				

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos. e) **Bonds:** Em maio de 2022, a controlada indireta Aegee Finance concluiu a 2ª Emissão de Bonds no valor total de US\$ 500.000, equivalente, na data de liquidação, a R\$ 2.502.550 com vencimento em maio de 2029 e taxa de juros de 6,75% a.a., pagos semestralmente. Essa operação conta com o Aval da Aegee Saneamento. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada indireta Aegee Finance contratou junto ao Banco Morgan Stanley, Itaú, BTG Pactual e Bradesco instrumentos derivativos de Cross Currency Swap, de tal forma a converter a variação cambial + 6,75% a.a. para uma taxa de juros pré-fixada em reais, sendo seu custo ponderado final de 16,76%. Os instrumentos derivativos têm o mesmo montante, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais integralmente durante todo o período do financiamento. Em outubro de 2023, a controlada indireta Aegee Finance concluiu a 3ª Emissão de Bonds no valor total de US\$ 500.000, equivalente, na data de liquidação, a R\$ 2.585.650 com vencimento em janeiro de 2031 e taxa de juros de 9,00% a.a., pagos semestralmente. Essa operação conta com o Aval da Aegee Saneamento. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada indireta Aegee Finance contratou junto ao Banco Morgan Stanley, Itaú, BTG Pactual e Bradesco instrumentos derivativos de Cross Currency Swap, de tal forma a converter a variação cambial + 9,00% a.a. para uma taxa de juros pré-fixada em reais, sendo seu custo ponderado final de 16,34%. Os instrumentos derivativos têm o mesmo montante, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais integralmente durante todo o período do financiamento. f) **Capital de Giro:** Em julho de 2018, a controlada indireta Manaus assinou contrato com o BNDES, destinado a Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimento entre setembro de 2020 e agosto de 2023, o qual compartilha as garantias com os demais contratos da controlada indireta Manaus junto ao BNDES. Tal operação foi totalmente liquidada, conforme cronograma de amortização da dívida. g) **Notas Promissórias Comerciais:** As controladas indiretas da Companhia emitiram notas promissórias comerciais da espécie quinquenal, conforme demonstrado a seguir:

		Depósitos judiciais				Provisões	
		2023	2022	2023	2022		
Natureza	Cíveis (i)	90.721	116.416	512.708	9.200		
	Trabalhistas (ii)	347.502	4.284	1.128.626	7.350		
	Tributárias	62.107	39.903	38.215	51.637		
	Ambientais	434	77	8.096	876		
		480.964	55.328	1.687.645	68.863		

(i) Dentro do saldo de 31 de dezembro de 2023, dos depósitos judiciais está contemplado o montante de R\$ 78.180,00 referente à aquisição da controlada indireta Corsan referente às naturezas cíveis e trabalhistas, respectivamente. Já o saldo referente às provisões da controlada indireta Corsan estão apresentadas no quadro abaixo.

Menção das provisões

Consolidado									
Natureza	Saldo em 2022	Aquisição indireta (ii)	Resultado Adições	Reversões	Pagamentos	Indenização (iii)	Ativo de atualização monetária (iii)	Saldo em 2023	Provisões
Cíveis	9.020	74.967	71.937	(257.431)	(24.813)	(1.370)	(2.342)	512.708	5.020
Trabalhistas	7.350	1.220.609	136.157	(275.716)	(3.621)	57	43.904	1.28.626	7.350
Tributárias	51.637	5.583	(21.171)	-	-	-	2.166	38.215	-
Ambientais	876	170	149	(69)	-	-	8.096	1.023	-
Total	68.993	1.947.329	209.243	(554.417)	(28.434)	1.313	43.728	1.687.645	68.993
Consolidado									
Natureza	Saldo em 2021	Resultado Adições	Reversões	Pagamentos	Indenização (iii)	Ativo de atualização monetária (iii)	Saldo em 2022	PIS/COFINS sobre receitas financeiras	Saldo em 2022
Cíveis	10.593	25.120	(7.524)	(22.320)	3.151	-	9.020	-	9.020
Trabalhistas	7.921	6.587	(1.662)	(6.278)	782	-	7.350	-	7.350
Tributárias	83.455	(23.573)	-	-	-	(8.558)	313	51.637	-
Ambientais	1.309	119	(552)	-	-	-	876	-	876
Total	103.278	31.826	(33.311)	(28.598)	3.933	(8.558)	313	68.883	68.883

(ii) Conforme nota explicativa nº 5, (iii) Provisões a serem reembolsadas, em caso de efetiva perda, conforme estabelecido em instrumento de compra e venda de combinação de negócios. Em 31 de dezembro de 2023, não existem processos de valores individuais significativos. **Processos considerados passivos contingentes:** A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não possuem processos judiciais em andamento referentes a questões civis, trabalhistas, tributárias e ambientais, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não se esperar que salidas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco positivo de se tornarem montante de R\$ 215.690 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 55.690 em 31 de dezembro de 2022), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses ativos e/ou processos. Segue abaixo os processos mais relevantes: a) **Processos cíveis:** A controlada indireta Corsan possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços, no montante de R\$ 135.837 em 31 de dezembro de 2023, não existindo processo de valor individual significativo. A controlada indireta Prolagos possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços, no montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 6.491 (R\$ 5.909 em 31 de dezembro de 2022). O principal processo refere-se à: • Ação cível nº 1918/2019 processo administrativo referente aos autos de infração lavrados pela Secretaria de Meio Ambiente de Iguaçu Grande pelas seguintes infrações: (i) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração, (ii) baixo funcionamento da centrifuga, (iii) tratamento UV que se encontra fora de operação e (iv) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração. A Concessionária apresentou defesa administrativa em 26/04/2019, os quais estão pendentes de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.150 (R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2022). A controlada indireta Rio Negro possui processo que corresponde a causas oriundas da relação de prestação de serviços, no montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 8.475 (R\$ 8.475 em 31 de dezembro de 2022). O processo refere-se à: • Ação Indenizatória, requerendo a condenação da Companhia e do Consórcio Público PROAMA, com base no Contrato nº 036/2013-CPPI e no Contrato Programa nº 01/2013, a que, em sentença antecipada parcial do mérito, O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 8.475 (R\$ 8.475 em 31 de dezembro de 2022). As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos cíveis possíveis no valor de R\$ 12.058 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.970 em 31 de dezembro de 2022), não existindo processo de valor individual significativo. b) **Processos trabalhistas:** A controlada indireta Corsan, possui processos associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2023, não existindo processo de valor individual significativo. A controlada indireta Guairioba possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 1.349 (R\$ 1.444 em 31 de dezembro de 2022). A controlada indireta Manaus, possui processos associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 18.226 (R\$ 9.451 em 31 de dezembro de 2022). As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos trabalhistas possíveis no valor de R\$ 3.058 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.151 em 31 de dezembro de 2022), não existindo processo de valor individual significativo. c) **Processos tributários:** A controlada indireta Guairioba possui processos possíveis que totalizam um montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 11.158 (R\$ 7.627 em 31 de dezembro de 2022). O principal processo refere-se à: • A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a controlada indireta dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário de 2012. Em 30 de dezembro de 2013, a controlada indireta apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento. As expectativas de perda das defesas apresentadas estão classificadas como possível, em razão de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) relacionados às matérias que foram objeto das defesas, bem como da possibilidade de discussão das matérias na esfera judicial. Esses processos são considerados passivos contingentes. d) **Processos ambientais:** A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não possuem processos judiciais em andamento referentes a questões civis, trabalhistas, tributárias e ambientais, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não se esperar que salidas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco positivo de se tornarem montante de R\$ 215.690 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 55.690 em 31 de dezembro de 2022), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses ativos e/ou processos. Segue abaixo os processos mais relevantes: a) **Processos cíveis:** A controlada indireta Corsan possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços, no montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 135.837 em 31 de dezembro de 2023, não existindo processo de valor individual significativo. A controlada indireta Prolagos possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços, no montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 6.491 (R\$ 5.909 em 31 de dezembro de 2022). O principal processo refere-se à: • Ação cível nº 1918/2019 processo administrativo referente aos autos de infração lavrados pela Secretaria de Meio Ambiente de Iguaçu Grande pelas seguintes infrações: (i) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração, (ii) baixo funcionamento da centrifuga, (iii) tratamento UV que se encontra fora de operação e (iv) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração. A Concessionária apresentou defesa administrativa em 26/04/2019, os quais estão pendentes de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.150 (R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2022). A controlada indireta Rio Negro possui processo que corresponde a causas oriundas da relação de prestação de serviços, no montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 8.475 (R\$ 8.475 em 31 de dezembro de 2022). O processo refere-se à: • Ação Indenizatória, requerendo a condenação da Companhia e do Consórcio Público PROAMA, com base no Contrato nº 036/2013-CPPI e no Contrato Programa nº 01/2013, a que, em sentença antecipada parcial do mérito, O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 8.475 (R\$ 8.475 em 31 de dezembro de 2022). As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos cíveis possíveis no valor de R\$ 12.058 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.970 em 31 de dezembro de 2022), não existindo processo de valor individual significativo. b) **Processos trabalhistas:** A controlada indireta Corsan, possui processos associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2023, não existindo processo de valor individual significativo. A controlada indireta Guairioba possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 1.349 (R\$ 1.444 em 31 de dezembro de 2022). A controlada indireta Manaus, possui processos associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 18.226 (R\$ 9.451 em 31 de dezembro de 2022). As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos trabalhistas possíveis no valor de R\$ 3.058 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.151 em 31 de dezembro de 2022), não existindo processo de valor individual significativo. c) **Processos tributários:** A controlada indireta Guairioba possui processos possíveis que totalizam um montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 11.158 (R\$ 7.627 em 31 de dezembro de 2022). O principal processo refere-se à: • A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a controlada indireta dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário de 2012. Em 30 de dezembro de 2013, a controlada indireta apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

continuação...

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	
	representado	representado	representado	representado						
Resultado positivo no exterior	-	-	-	-	Instrumentos de taxa variável	-	-	-	-	
Diferença de alocação controlada indireta no exterior	-	-	(1.715)	(1.737)	Ativos financeiros	-	-	-	-	
Doações Rouanet e caráter desportivo	-	-	12.742	6.150	Aplicações financeiras	15.963	-	4.926.388	2.014.953	
Inovação tecnológica	-	-	4.580	6.594	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	613.043	26.910	
Imposto de controladas indiretas apurado pelo lucro presumido	-	-	-	-		15.963	-	5.539.431	2.041.863	
Realização prejuízo fiscal e base negativa CSLL 30%	-	-	3.007	3.730	Instrumentos de taxa variável	-	-	-	-	
Contrato PED2021 - Fundação Corsan	-	-	7.321	-	Passivos financeiros	-	-	-	-	
Outras diferenças permanentes	-	-	93.940	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	188.919	133.641	17.812.506	10.592.585	
	-	-	15.252	1.618	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	830.625	-	
	-	-	-	-	Outras contas a pagar	-	-	1.497.031	754.628	
	-	-	-	-		188.919	133.641	20.140.162	11.213.572	
Imposto de renda e contribuição social:	-	-	-	-	O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários I e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:	-	-	-	-	
Corrente	-	-	(539.450)	(355.591)	Controladora	-	-	-	-	
Diferido	-	-	(241.990)	(52.438)	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
Lucro da exploração	-	-	57.005	34.056	I Provável	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	(724.435)	(373.973)	II 25%	-	-	-	-	
Alíquota efetiva	0%	0%	34%	56%	III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-	Cenários	-	-	-	-	
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração (482.153) (321.219)	-	-	-	-	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
Saldo a pagar anterior a aquisição - Controlada indireta Corsan (34.594)	-	-	-	-	I Provável	-	-	-	-	
Saldo a pagar referente a anos anteriores (64.782) (61.350)	-	-	-	-	II 25%	-	-	-	-	
Antecipação do IRPJ e CSLL (36.301) (8.242)	-	-	-	-	III 50%	-	-	-	-	
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir) 210.512 118.755	-	-	-	-	IV -25%	-	-	-	-	
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa (407.298) (272.056)	-	-	-	-	V -50%	-	-	-	-	
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:	-	-	-	-	Cenários	-	-	-	-	
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte 63.782 52.012	-	-	-	-	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social a pagar 146.730 66.743	-	-	-	-	I Provável	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social a pagar Total 210.512 118.755	-	-	-	-	II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
(i) Ativo fiscal diferido não reconhecido à medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser compensados. (ii) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM ou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme área de atuação, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do imposto de renda e adicional, não restituídos, calculados sobre o lucro da exploração das controladas indiretas Diamantino, Picoão, São José, Cláudia, Nortelândia, Pedra Preta, Sorriso, Vera, Paranatinga, Timon, Teresina, Sinop, Guarantã e Novo Progresso até o ano-calendário de 2027. As controladas indiretas Carindá, Santa Carmem e União do Sul e Matupá até o ano-calendário de 2029. As controladas indiretas Manaus, Jaure, Jangada, Barra do Garças, Capim, Porto Esperidião, Pimenta Bueno e Rolim de Moura até o ano-calendário de 2030. A controlada indireta Primavera até o ano do calendário de 2031. b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.	-	-	-	-						
					Controladora	-	-	-	-	
					Exposição	-	-	-	-	
					Risco	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-	-	
					IV -25%	-	-	-	-	
					V -50%	-	-	-	-	
					Cenários	-	-	-	-	
					Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	-	-	-	-	
					I Provável	-	-	-	-	
					II 25%	-	-	-	-	
					III 50%	-	-	-		



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/2A73-CD44-0F33-F282> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2A73-CD44-0F33-F282



Hash do Documento

F79BEE6B2FF565D4065BF06692B00F3C35048FA2D2A11F3B428DD49D4E6517EF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/12/2025 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 09/12/2025 02:13 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

